

PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	25/05/98	
Classificação	7	
Seção		
Assunto	Lagoa e Duna	

Gaviões vindos do Canadá criam polêmica ambiental

Foto: Rejane Carneiro

Imagine que, todos os anos, falcões voem do Canadá, na América do Norte, e venham passar uma temporada no bairro do Stiep, em Salvador. E mais: ao chegarem aqui, os pássaros escolham como pousada uma área que pertença à imobiliária Lopes Planejamento Ltda. Além disso, tornem-se tema de discussão entre ambientalistas e, para completar, prejudiquem os negócios da própria imobiliária. Parece piada, mas o fato é verdadeiro e promete ganhar desdobramentos nos próximos dias. Pelo menos é o que garantem os "amigos" dos falcões. Eles estão dispostos até a realizar uma passeata em defesa dos pássaros.

Extinção

O presidente da Associação dos Moradores do Stiep, Wilson Bonni Diniz, avisa que levará hoje à Prefeitura de Salvador, um protesto formal contra a ocupação de uma área de preservação ambiental no bairro. Baseado na lei municipal 193/95 – que preserva as dunas e lagoas do bairro do Stiep –, ele afirma que a Imobiliária Lopes está infringindo as normas ao tentar negociar parte da área ao lado da Lagoa dos Frades. “É área pública”, garante Wilson Bonni. O terreno fica colado ao Centro de Convenções, onde se lê a placa: “Vende-se este terreno. São 2.573 metros quadrados. Telefone: 341-6140 ou 973-6340”.

Do cordão de dunas que, segundo ele, se estendia do Mangue Seco, na divisa com Sergipe, até o bairro de Amaralina, em Salvador, restaram apenas as do Abaeté e Stiep. “As demais foram destruídas. Temos que salvar o que resta”, afirma. Na área que envolve especificamente a Lopes Planejamento Ltda., ele destaca a importância da Lagoa dos Frades. Neste local, os falcões “peregrinos” passam parte do ano em reprodução. “Eles vêm do Canadá e estão em extinção. Já fazem ninhos nas janelas dos prédios. Isso é um absurdo”, queixa-se Bonni, que carrega consigo uma pasta com várias fotos de ninhos dos pássaros nos edifícios em volta da lagoa.

Nessa pasta, o presidente da associação também leva uma série de fotocópias de escrituras falsas dos terrenos que foram grilados no Stiep. “Eles ocupam as dunas, escavam a terra para vender e conseguem uma escritura falsa nos cartórios da cidade. Com o passar dos anos, essas escrituras trocam de mão e tornam-se até legais”, denuncia. No caso da Imobiliária Lopes, porém, Wilson Bonni não tinha cópia da escritura. Apenas da planta do bairro, emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em 1995. Através dessa planta, a área em questão seria considerada “de dunas”, sendo protegida como patrimônio público.



Terreno de imobiliária fica ao lado da Lagoa dos Frades, que é considerada área de passagem dos falcões oriundos do Canadá

Empresário garante legalidade do terreno

O proprietário da Lopes Planejamento Ltda (que atua há 20 anos no mercado imobiliário), Antônio Carlos Monteiro Lopes, diz que não teme nenhuma ação contra a venda do terreno próximo à Lagoa dos Frades. “O terreno está totalmente legalizado e registrado há mais de 30 anos. Não atinge a lagoa e muito menos os pássaros”, afirmou, mostrando farta documentação. A área total era de 47 mil metros

quadrados. “Adquirimos em 1990, de um espólio da família de Antônio Boaventura Carvalho de Freitas, cujo procurador foi José Muniz Arraes, que é primo do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Já havia, inclusive, loteamento aprovado”, diz. A escritura foi registrada no 6º Ofício, sob número 9.513.

A reportagem de A TARDE tentou localizar José Muniz Arraes através de telefone, nas ci-

dades de Recife e Fortaleza, mas não obteve êxito. O proprietário da imobiliária destaca, inclusive, que a área foi posteriormente negociada com a Engenhar Construtora Ltda., para construção do Parque da Lagoa, onde seriam construídos sete edifícios com 700 apartamentos. Todos os apartamentos foram vendidos, mas o projeto não vingou. A área foi então adquirida pela Engisa – Engenharia e Construções Ltda.,

com sede em Brasília, que é proprietária de 80% do terreno. “Após o fracasso do projeto, nós ficamos apenas com quatro lotes”, comenta. Em 1995, o ex-secretário de Meio Ambiente, Juca Ferreira, obrigou a Engisa a assinar um projeto de loteamento dentro dos padrões estabelecidos pela prefeitura. “É proibido, por exemplo, construir no terreno prédios com mais de 15 andares”, acrescentou Lopes.